

Relações entre forma de transmissão de amizade formal e sistema matrimonial Apinaje

Odair Giraldin

Introdução

Quando os dados etnográficos sobre os povos Jê se tornaram conhecidos, nas décadas de 1930 e 1940 através dos textos de Nimuendajú (por ex. 1939; 1946), a terminologia de parentesco por eles utilizada possibilitou sua classificação dentro dos sistemas Crow e Omaha. Nos estudos de Lévi-Strauss, sobretudo no clássico *Estruturas Elementares do Parentesco* ([1949] 1982), os povos com sistemas Crow-Omaha foram classificados como sociedades semi-complexas, portadoras de estruturas não-elementares de parentesco.

Vale lembrar que nas sociedades de estruturas elementares os arranjos matrimoniais são definidos pelo “método das relações” (Viveiros de Castro, 1993:152), através das posições de parentesco entre os parceiros (casamento entre primos cruzados), possibilitando uma troca de esposas entre dois grupos (troca restrita, viabilizando também a troca de irmãos), ou pelo “método das classes” (Idem), em uma série de grupos trocadores, respectivamente doadores e tomadores de esposas (troca generalizada). Vale dizer que nestes tipos de sociedades os grupos aliados herdaram a aliança. Nas sociedades de estruturas não-elementares de parentesco, os casamentos não são definidos por trocas entre grupos, mas de acordo com interesses entre pessoas ou unidades que estabelecem alianças baseadas em outros parâmetros que não os grupos determinados pelo parentesco, além de não serem alianças herdáveis.

Em trabalho posterior, o próprio Lévi-Strauss reviu esta posição mostrando que mesmo em sociedades complexas existem alianças que se estabelecem entre pessoas morais, como as famílias reais, por exemplo, no tipo que ele chamou de “*sociétés à maisons*” (Lévi-Strauss [1984] 1991). Esta mesma vereda seguiu Hérítier (por ex. 1989) em seus estudos sobre as sociedade semi e complexas. O interessante nos estudos desta autora é que ela mostrou como, em sociedades semi-complexas, há possibilidade de utilização de uma base “elementar” com sistemas de trocas de irmãos (Hérítier, 1989:47).

A forma de casamento entre os Apinaje, para Nimuendajú, ocorria através da troca matrimonial entre quatro grupos exogâmicos, os quatro Kiyê (que prefiro grafar como **hikjê**). Estas informações colocaram os Apinaje como grupo anômalo no cenário dos povos Jê do Brasil Central e no mundo. Mas, além do casamento entre os quatro **hikjê**, Nimuendajú citou também que entre os Apinaje havia a proibição de casamento entre primos paralelos e cruzados, pessoas que entre si estivessem na posição de “**piwkwa**” (MZD e FBD) para Ego masculino e de “**kamÿ**” (MZS e MBS) para Ego feminino (Nimuendajú, [1939] 1983:58).

Quando DaMatta analisa os dados sobre os quatro **hikjê** de Nimuendajú, ele afirma que não há, na genealogia de toda a sociedade, possibilidade de se descobrir um padrão indicativo de trocas regulares entre os grupos definidos por **hikjê**. Para ele, os dados genealógicos indicam que os Apinaje são um grupo “tipicamente bilateral, onde os casamentos nada têm de preferenciais” (DaMatta, 1976a:137). Segundo ele, a partir da pergunta feita se não seria bom casar-se somente com mulheres de outra metade, os informantes eram enfáticos em afirmar ““Não! A gente sempre escolhe as mulheres!”” (DaMatta, 1976a:137).

Como os povos Jê foram classificados como não-elementares, por não haver casamento entre primos cruzados, este pressuposto pode ter influenciado a leitura que Roberto DaMatta realizou dos Apinaje, levando-o a afirmar que “não há nem ideologias, nem fatores estatísticos indicativos de um sistema matrimonial prescritivo” (DaMatta, 1976a:137).¹

No entanto, já em 1960, Maybury-Lewis chamava a atenção para a possibilidade de existência de um sistema matrimonial entre os Apinaje, que seria diferente daquele descrito

¹ Talvez esta também seja a razão pela qual Manuela Carneiro da Cunha afirmava que a relação de amizade formal não tem nenhuma ligação com o casamento (Carneiro da Cunha, 1978:77). Ela, entretanto, observou que haviam casos de sogros e genros ou sogra e genros que eram amigos formais.

por Nimuendajú. Para Maybury-Lewis, os casamentos entre os Apinaje não seriam regulados pelo sistema de quatro grupos descritos por Nimuendajú (os famosos quatro kiyê), nem tampouco determinado pelo sistema de descendência paralela (Maybury-Lewis, 1960:199). Examinando os dados fornecidos por Nimuendajú, Maybury-Lewis argumentou que havia tanto razão estatística quanto razão estrutural para não acreditar no sistema matrimonial a partir dos quatro hikjê

Uma vez que o sistema de aliança não se estabelece através dos quatro hikjê, Maybury-Lewis lança a hipótese de que haveria, entre os Apinaje, um sistema de aliança tipo duas seções, mas que, neste caso, coincide com duas metades. Ele apresenta várias indicações que apontam para um sistema de aliança de metades exogâmicas. A primeira, é que os Apinaje são um grupo Timbira, falante de uma língua Jê e com sistema de metades, algo que caracteriza os demais grupos de língua Jê. Como existem metades exogâmicas descritas para outros grupos Jê (Maybury-Lewis cita os Timbira Orientais, os Xerente, os Kaingang, além de clãs exogâmicos Xavante e clãs e metades exogâmicas Bororo), ele postula que seria de se esperar que os Apinaje também possuíssem este sistema (Maybury-Lewis, 1960:201). Uma segunda indicação pode ser verificada na terminologia de parentesco, característica de um sistema de duas metades. Comparando a terminologia dos Apinaje com a dos demais Timbira, Maybury-Lewis argumenta que as diferenças entre ambos são variações de uma mesma estrutura terminológica de tipo Crow (Maybury-Lewis, 1960:210).

Outra indicação apontada por Maybury-Lewis, para um possível sistema de aliança entre metades exogâmicas, está na correlação existente entre o sistema de hikjê e a transmissão de amizade formal. Os amigos formais de Ego masculino, segundo a descrição de Nimuendajú, seriam um homem do mesmo hikjê e uma mulher do hikjê da mãe de Ego. Maybury-Lewis aponta que, no mito, Sol e Lua são amigos formais e também personificam as metades Koti e Kore as quais estão, conceitualmente, em relação de amizade formal. Ele afirma, então, que as relações entre os amigos formais Apinaje unem pessoas pertencentes à metades complementares. Assim, como em muitas sociedades às obrigações cerimoniais entre metades correspondem também a obrigações de casamento recíproco, Maybury-Lewis

conclui, então, que o sistema de casamento entre os Apinaje seria regulado não pelos hikjê, mas por um sistema de metades exogâmicas, que ele acreditava ser matrilineais.²

DaMatta seguiu a hipótese de Maybury-Lewis ao considerar os quatro hikjê como residuais no sistema de parentesco Apinaje. Seu trabalho mostrou que os quatro grupos cerimoniais, apresentados por Nimuendajú, reduzem-se, para ele, a dois grupos que formam o par de metades Hipôknhõxwỳnh e Ixkréhnõxwỳnh. Além deste equívoco de Nimuendajú, DaMatta verificou ainda que **krékára** e **krã-ô-mbedy**, que o etnólogo alemão tomava como dois grupos exogâmicos, eram, na verdade, os nomes dos enfeites específicos, respectivamente, das metades Ixkréhnõxwỳnh e Hipôknhõxwỳnh, entregues pelo amigo formal.

Ainda que tenha seguido a hipótese de Maybury-Lewis, ao considerar residual o sistema de quatro hikjê, DaMatta não fez o mesmo com a hipótese de um possível sistema matrimonial Apinaje, entre metades exogâmicas. Ao contrário, ele argumentou que os dois pares de metades, encontrados entre os Apinaje, não desempenhavam nenhum papel na definição de um possível sistema matrimonial (DaMatta, 1976a:103).

Recentemente a antropóloga (“jêóloga”) Dra. Vanessa R. Lea (por. Ex. 1995) vem apresentando a tese de que a amizade formal entre os Jê cumpriria este papel de “paradigma de alteridade”, como afirmou corretamente (Lea 1999), inspirada em afirmação, já anteriormente feita por Manuela Carneiro da Cunha, de que a essência do amigo formal é ser o Outro (Carneiro da Cunha, 1978:84).

Sem entrar no “bizantismo” (Viveiros de Castro, 1995:9) da polêmica teórica do debate sobre prescrição *versus* preferência, gostaria, entretanto, de apresentar informações que demonstram que a hipótese de Lea (1995), de que a amizade formal está relacionada a um sistema de aliança entre os Mẽ bengôkré (Kayapó), também se aplica aos Apinaje.

A forma de transmissão e as relações entre os amigos formais Apinaje

Há duas variáveis à regra de transmissão de amizade formal entre os Jê Setentrionais: a nomeação e a patrilinhagem, conforme observou Lopes da Silva

² Ele afirma: “*We have therefore grounds for supposing that marriage among the Apinayé was regulated by a system of matrilineal exogamous moieties*” (Maybury-Lewis, 1960:212).

(1986:191). Os Timbira Orientais estão no primeiro caso, pois a amizade formal é uma relação estabelecida através dos nomes pessoais. Os portadores de determinados nomes, possuem, também, um conjunto de amigos formais. Este conjunto será herdado pelos novos portadores de nomes, quando da transmissão dos mesmos. Entre os Mẽ bêngôkre (Kayapó) os amigos formais são herdados patrilateralmente, sendo que pais e filhos compartilham dos mesmos amigos formais (Lea 1995). Já entre os Suyá, as informações de Seeger (1981) não são conclusivas, indicando apenas a relação de amizade formal entre parceiros de sexo masculino. Trata-se de uma relação herdada, sendo que os filhos e filhas de um amigo formal de um homem, serão amigos formais também dos filhos dele. Ego masculino terá como amigos formais o amigo formal de seu pai, as irmãs deste homem, além dos filhos e filhas dele (Seeger, 1981:142-143). O termo utilizado por Ego e seu amigo formal é autocrípoco: **ñumbre krá chi**. Já entre Ego e sua amiga formal os termos recíprocos são **kràm gêd** e **ñumbre krá chi**. Este modelo aproxima o caso Suyá do sistema Apinaje, pois em ambos há um conjunto de amigos formais sendo transmitidos.

A amizade formal entre os Apinaje guarda semelhanças com os demais povos Jê Setentrionais, quanto aos papéis e funções desempenhados e quanto ao caráter “místico” que se observa entre os membros envolvidos nesta relação: **kràm gêx / pahkràm** têm relação de solidariedade e evitação. Contudo, a forma de transmissão da amizade formal Apinaje tem uma característica própria. Esta especificidade da forma de transmissão confere-lhe resultados sociológicos também peculiares.³

Os dados de Nimuendajú e DaMatta sobre Amizade Formal Apinaje

Para Nimuendajú a transmissão da amizade formal Apinaje ocorria por iniciativa dos pais ou avós da criança. No momento em que esta chegava a idade de cinco anos, os pais ou avós escolhiam⁴ duas pessoas que lhes eram simpáticas (Nimuendajú não explica essa escolha), sendo um homem e uma mulher, para entrar em relação de **kràm gêx/pahkràm** com a criança. Nimuendajú informa, entretanto, que o convite dos pais

³ Desta maneira, minha interpretação confirma, em partes, o *insight* de Maybury-Lewis (1960:212) de que haveria alguma relação entre a amizade formal e um sistema de casamento entre metades exogâmicas, conforme argumentei (Giraldin, 2000:xi-xiii).

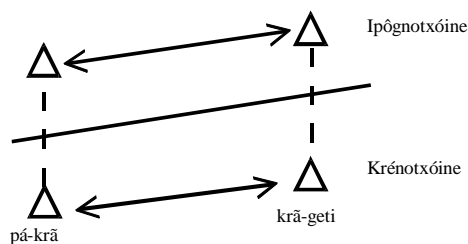
⁴ Nimuendajú ([1939] 1983) não explica se havia preferência por um deles.

ou avós é feito pedindo-se a duas pessoas para que confeccionem os enfeites para serem entregues aos seus **kra pyràk** (filhos nominados).

Ao apresentar a regra de transmissão da amizade formal, DaMatta, em texto publicado em 1976, afirma que o **kràngêx**⁵ de uma criança

é sempre, (,,), um pá-krã de um dos seus pam ou nã-kaog, de modo que um menino ou menina acaba por pertencer ao mesmo grupo cerimonial do seu pai ou mãe cerimonial ou adotiva, a qual - por sua vez - passou as

Diagrama 1
Transmissão de amizade formal Apinaje
segundo DaMatta (1976a: 140)



As linhas pontilhadas indicam relação entre arranjador de nomes e nominado
A linha com dupla seta indica relação de amizade formal

marcas de sua metade cerimonial para um filho ou filha adotiva de um dos seus krã-geti (DaMatta, 1976: 160).

Em *O Mundo Dividido*, a regra que DaMatta expõe para a transmissão da amizade formalizada difere daquela apresentada anteriormente.⁶ Baseado no Diagrama 1 (ao lado), ele afirma que, "o **krã-geti** da criança será um filho de um **krã-geti** do seu pai adotivo. E no caso feminino, a **krã-gedy** será a filha de **krã-gedy** de sua mãe adotiva" (DaMatta, 1976a:

139 [grifos meus]). Como se pode notar, existe uma diferença entre as duas afirmações. Na primeira (do texto de 1976), Ego terá como **kràngêx** um **pahkràm** de um dos seus **pãm** ou **nã-kaàk**. Na segunda (texto de 1976a), Ego masculino terá como **kràngêx** um filho do **kràngêx** de seu pai adotivo (ou arranjador de nomes). Já Ego feminino terá como **kràngêx** a filha da **kràngêx** de sua mãe adotiva (ou arranjadora de nomes). DaMatta, no entanto, não especifica se este filho de **kràngêx**, ou filha de **kràngêx**, são consangüíneos ou classificatórios. Veremos adiante que esta diferença entre filhos consangüíneos e filhos classificatórios possui significados sociológicos muito importantes.

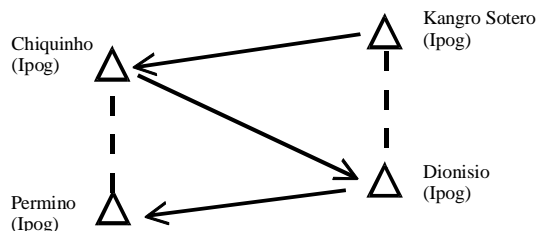
⁵ DaMatta utilizou três termos para referir-se aos amigos formais Apinaje: para os amigos formais, escreveu **krã-geti** e **pá-krã**; para as amigas formais, usou **krã-gedy** e **pá-krã**. Nas páginas seguintes, eu utilizo apenas dois termos: **kràngêx** e **pahkràm**.

⁶ Estes problemas com os dados etnográficos relacionados à transmissão da amizade formal também foram apontados por Lea (1995).

Em um texto posterior DaMatta (1979), faz a mesma afirmação do artigo publicado em 1976, e não aquela de *O Mundo Dividido*.⁷ Para sustentar seu argumento, apresentou um diagrama (Diagrama 2 ao lado), bastante diferente daquele apresentado anteriormente. Nele percebe-se que haveria um sistema de troca entre as metades de maneira que Ego teria como amigo formal um amigo formal (um **pahkràm**) de seu arranjador de nomes, para o qual este teria entregado enfeites. De toda maneira, seu argumento é que através da amizade formal se estabelece duas linhas de continuidade formal no sistema de incorporação dos membros da comunidade a um dos pares de metades Apinaje.⁸

Diagrama 2

Transmissão de amizade formal Apinaje segundo DaMatta (1979:111)



As linhas pontilhadas indicam relação entre arranjador de nomes e nominado
A linha com seta indica relação de amizade formal

Assim, DaMatta não esclareceu convincentemente como se dá a escolha de (ou dos) **kràmngêx**. Afinal, segundo ele, Ego pode ter mais de um **kràmngêx**, podendo mesmo ser cada um de uma das metades. Além disso, Ego masculino pode ter amigo formal feminino, mas DaMatta não fornece informações sobre como poderiam acontecer tais escolhas e quais os termos utilizados neste último caso.⁹

Enquanto Nimuendajú afirmava que a escolha se dava por simpatia, DaMatta diz que a regra para a transmissão da amizade formal é que Ego feminino teria uma amiga formal (**kràmngêx**), que seria uma filha de uma amiga formal de sua arranjadora de nomes, enquanto que Ego masculino teria como amigo formal (**kràmngêx**) um filho de um amigo

⁷ Em um artigo, Trindade-Serra complica ainda mais a questão. Para ele, "o amigo sênior escolhido, ou **krã-geti** (recíproco = **pá-krã**), deverá ser sempre um **krã-geti do pai adotivo do sujeito** (no caso de Ego feminino, a **krã-gedy** será a filha da **krã-gedy** de sua mãe adotiva)" (Trindade-Serra, 1978:230 [grifos meus]). Pela leitura de Trindade-Serra, teríamos regras diferentes caso se tratasse de Ego masculino e feminino. Para o primeiro, o **kràmngêx** seria o mesmo de seu pai adotivo. Para Ego feminino, seria a filha da **kràmngêx** de sua mãe adotiva.

⁸ As metades que ele denomina como Krenotxuiue (na minha grafia: Ixkréhõxwýnh) ou Ipôgnotxuiue (Hipôknhõxwýnh). A afiliação ao outro par de metades Apinaje, (Koti / Kore) se dá através da onomástica.

⁹ Problema já apontado por Lea (1995).

formal de seu arranjador de nomes. Desta forma, haveria uma linha de transmissão masculina e outra feminina, o que teria induzido Nimuendajú ao erro de interpretar uma afiliação aos grupos (**hikjê**) exogâmicos e a existência de filiação paralela.

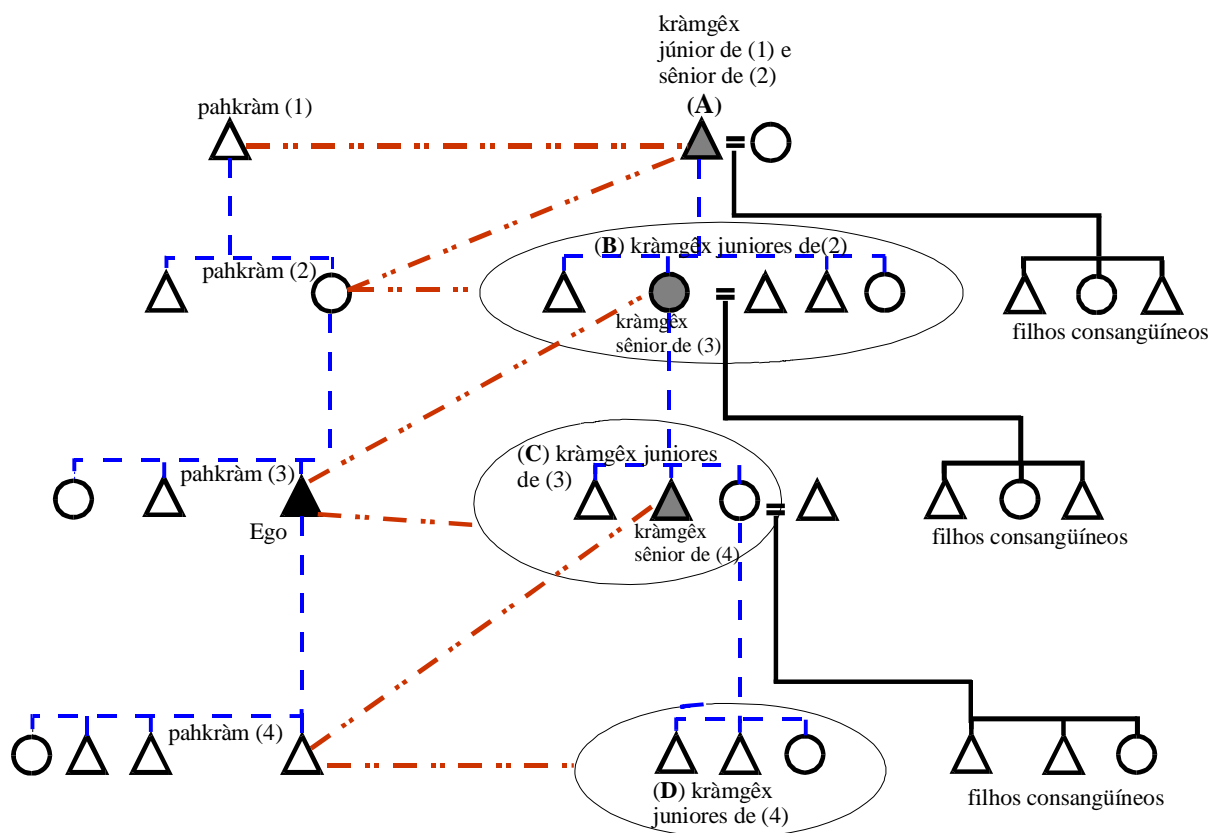
Pelas minhas informações, a amizade formal não é transmitida através da entrega de enfeites, como afirma DaMatta, nem serve para afiliação a um segundo par de metades. A amizade formal é estabelecida através do arranjador de nomes e independe da entrega dos enfeites. A entrega destes, como argumentei alhures (Giraldin, 2000: 187), é uma ritualização do mito de criação da humanidade, quando Mÿÿti e Mÿwryre agiam na transformação do mundo. Tal ritualização serve também para estabelecer aliança matrimonial, através de uma aliança matrimonial ideal (e primordial) entre as metades Koti e Kore. Esta aliança primordial leva os Apinaje atuais, sobretudo os mais velhos, a ter uma ideologia de casamento ideal entre membros das duas metades. Como veremos adiante, segue-se a essa ideologia dados estatísticos de ocorrência de casamentos entre filhos consangüíneos de amigos formais.

O arranjador de nomes tem vários conjuntos de amigos formais. Cada um destes conjuntos de amigos formais do arranjador de nomes é composto por um amigo formal sênior, e um conjunto de amigos formais juniores. Estes amigos formais juniores do arranjador de nomes de Ego são aquelas pessoas que estão na posição de filhos nominados do amigo formal sênior do arranjador de nomes. Tanto os amigos formais seniores quanto os juniores, são chamadas pelo termo **kràngêx** (recíproco, **pahkràm**).

Desta forma, os amigos formais (**kràngêx**) de Ego (masculino ou feminino) serão todos os amigos formais (e seus filhos nominados) dos seus arranjadores de nomes. Eu uso o substantivo no plural porque ocorre desta maneira. Mesmo que Ego possua apenas um único arranjador de nomes, terá um conjunto de pessoas que lhe serão amigos formais (**kràngêx**). Este conjunto será composto por todas as pessoas que estiverem na posição de filhos nominados (**kra pyræk**) em relação ao **kràngêx** sênior ou **kràngêx** júnior¹⁰ deste arranjador de nomes.

¹⁰ Esta distinção entre amigo formal sênior e júnior não é realizada pelos Apinaje. Faça-a com o propósito de tornar mais compreensível aquele sistema.

Diagrama 3
Transmissão de amizade formal Apinaje



— relação entre arranjador de nomes / filho nominado

— relação entre consangüíneos (pais e filhos)

— — — — — relação entre amigos formais

Nota: todas as posições dentro do balão indicam o conjunto de amigos formais júniores.

Os amigos formais júniores não devem ser confundidos com o pahkràm.

Note-se também que os pahkràm (1), (2) e (4), estão nesta condição em relação a, respectivamente, (A), (A e conjunto B) e (homem do conjunto C e conjunto D) e não em relação a Ego.

Este é pahkràm da mulher do conjunto B e dos membros do conjunto C.

O Diagrama 3, apresentado acima, visa facilitar a compreensão. O **kràngêx (A)** que aparece no topo do diagrama (hachurado), é amigo formal júnior para **pahkràm (1)** e é amigo formal sênior para o **pahkràm (2)**. Já seus filhos nominados (o conjunto de pessoas **(B)**), para os quais o **kràngêx (A)** arranjou nomes, são amigos formais júniores (**kràngêx júniores**) de **(2)**. Quando o homem, **pahkràm (1)** solicitar ao seu amigo formal júnior **(A)** para que entregue os enfeites para sua filha nominada **(2)** (ou seja, para quem **(1)** arranjou nomes), **(A)** será acompanhado de todos seus filhos nominados **(B)**. Estes se tornarão

amigos formais juniores da mulher (2). Quando a mulher (2) necessitar dos serviços do amigo formal para um de seus filhos nominados (como cavar sepulturas, transladar o defunto para o cemitério; dar os banhos no sétimo dia após o sepultamento ou para entregar os enfeites), ela chamará por um de seus amigos formais juniores (B). Este, por sua vez, poderá executar a tarefa solicitada, ou mandar um de seus filhos nominados (C) para que o execute.

Na entrega de enfeites para Ego (3), esta amiga formal júnior (mulher hachurada do conjunto (B)) da mulher **pahkràm** (2), torna-se, desta forma, amiga formal sênior do homem (Ego **pahkràm** (3)), ao mesmo tempo que seus filhos nominados (C), tornam-se os amigos formais juniores dele. Enfim, Ego (**pahkràm** (3)) terá como amigos formais as pessoas pertencentes ao conjunto (C), os quais serão seus amigos formais juniores, além de um membro do conjunto de pessoas de (B), o qual será amigo formal sênior. Quando o homem (Ego **pahkràm** (3)) tiver um filho nominado (4) (para quem ele (3) arranhou nomes), ele chamará um de seus **kràngêx** juniores (C) para ser **kràngêx** de seu **kra pyràk** (filho nominado). Assim, o ciclo de transmissão é infinito.

Um ponto importante a ser assinalado aqui, é que o cálculo utilizado para o estabelecimento de relação de amizade formal ocorre entre pessoas que estão relacionadas através do sistema de nomeação e não por laços de consangüinidade. Outro ponto a ser ressaltado é que os filhos consangüíneos não participam da transmissão de amizade formal junto com seus genitores. Esta ausência dos filhos consangüíneos na transmissão de amizade formal está, segundo minha interpretação, relacionada ao sistema matrimonial ideal criado com aquela relação, como veremos adiante.

A amizade formal Apinaje na base de cálculo do casamento

Como afirmei anteriormente, segundo meu ponto de vista há tanto uma ideologia, quanto dados estatísticos que indicam um sistema de matrimônio através de parceiros preferenciais. Pode-se falar de um sistema de aliança, entre os Apinaje, como sendo idealmente sociocentrado, mas realizado empiricamente de forma ego-centrado. Esta característica confere a este sistema tanto uma forma prescritiva quanto performativa. Inspiro-me nos conceitos de estrutura prescritiva e estrutura performativa de Sahlins nesta

proposta de um sistema aliança Apinaje. Ele afirma que numa forma social de estrutura prescritiva as ações (e relações) sociais são definidas por relações pre-existentes. Numa forma social de estrutura performativa, as ações criam as relações sociais adequadas, como no fato de a troca de presentes (uma ação social) criar a relação social (amizade) (Sahlins [1985]1990:12; 47).

A aliança entre os Apinaje, como a interpreto, possui características que apontam tanto para uma "estrutura prescritiva", quanto para uma "estrutura performativa". Em certo sentido ela tem elementos de "prescrição", pois pre-existe a relação entre grupos (as metades Koti e Kore). Mas esta relação precisa ser atualizada constantemente, já que se dá através do ritual de entrega de enfeites pelo amigo formal. Dessa forma, são as ações performativas dos agentes, neste processo de atualização da aliança primordial entre os filhos de Mÿyti e Mÿwryre, que criam a relação social adequada de aliança entre amigos formais, permitindo que tanto seus filhos consangüíneos, quanto os filhos nominados, tenham parceiros ideais que possibilitem a relação matrimonial. A aliança assim estabelecida entre duas pessoas ocorre por duas gerações, necessitando, posteriormente de renovação. Há renovação pelas novas relações que se estabelecem através da transmissão de amigos formais.¹¹

A filosofia social Apinaje, baseada num princípio do dualismo hierárquico, interpreta o casamento como devendo ocorrer idealmente entre Koti e Kore, tal como foi definido por Mÿyti e Mÿwryre. Mas, uma vez que as metades Koti e Kore não formam grupos que atuem enquanto tais, a aliança entre elas é simbolizada, assim, através da relação de amizade formal. Esta relação tampouco forma grupos, uma vez que a amizade formal não cria grupos de descendência. As alianças são, então, ego-centradas. Cada pessoa, dessa forma, atualiza a aliança idealmente socio-centrada através do estabelecimento de novas relações sociais de amizade formal. De acordo com os interesses individuais, um homem, ou uma mulher, pode então utilizar-se das suas relações de amizade formal para ampliar seus relacionamentos através dos arranjos matrimoniais feitos com seus filhos.

¹¹ Conforme veremos no final deste capítulo, há indicações da possibilidade de haver uma extensão da aliança por três gerações (atingindo netos de amigos formais).

Numa conversa com Katàm Kaàk – Amnhimy (Grossinho), um dos principais informantes de DaMatta, ele referiu-se ao casamento e à amizade formal. Grossinho contou-me que DaMatta esteve estudando esta questão mencionando a experiência que o antropólogo fizera de chamar uma menina de **iprõ-ti** e o medo que ela sentia, chorando. Segundo DaMatta, isto, “longe de indicar uma terminologia sintomática de prescrição matrimonial (como pensei inicialmente), é usado para marcar a separação destas posições” (DaMatta, 1976a:141). Para ele, o termo **iprõ-ti**, aplicado a uma moça ou menina, significa que o homem vai violentá-la.

As informações de Katàm Kaàk – Amnhimy (Grossinho), no entanto, dizem que, de fato, **kràngêx** não pode casar-se com **pahkràm**. Mas pode haver casamento entre **kràngêx** e filhos consangüíneos de **pahkràm**. A recíproca também é verdadeira, **pahkràm** pode se casar com os filhos consangüíneos de **kràngêx**. Além disso, há possibilidade de casamentos entre os filhos consangüíneos de **kràngêx** e de **pahkràm**.

Pelo Diagrama 3 do modelo de transmissão de amizade formal (exposto anteriormente), pode-se verificar que os filhos consangüíneos não participam do ritual de entrega de enfeites. Dito de outra maneira, ao entregar os enfeites, o **kràngêx** sênior se faz acompanhar apenas de seus filhos nominados (**kra pyràk**). Desta forma, a amizade formal transforma os filhos nominados de **kràngêx** sênior em **kràngêx** júnior de **pahkràm**, interditando-os para o intercuro sexual entre si, pois são amigos formais. Mas a amizade formal abre, no entanto, a possibilidade deste intercuro tanto entre os **kràngêx** (sênior e júnior) e os filhos consangüíneos do **pahkràm**, assim como também entre os filhos consangüíneos de todos os amigos formais (sejam eles os **kràngêx** seniores e juniores) para com os filhos consangüíneos de **pahkràm**.

Por isso afirmo que este tipo de aliança ocorre não entre grupos, mas entre duas pessoas, fornecendo possibilidades de casamentos em duas gerações: para os filhos consangüíneos de **kràngêx** sênior, para os **kràngêx** juniores (que são os filhos nominados de **kràngêx** sênior), para os filhos consangüíneos de **kràngêx** juniores e, finalmente, para os filhos consangüíneos de **pahkràm**. É por isso, também, que há a necessidade de se estar sempre estabelecendo novas relações de amizade formal. Ou, como dizem os Apinaje, é

preciso estar sempre renovando, ampliando, passando para a frente. Por ser uma relação entre duas gerações apenas, há a necessidade de renová-la.

Diagrama 4
Terminologia de afinidade
Relação de amizade formal

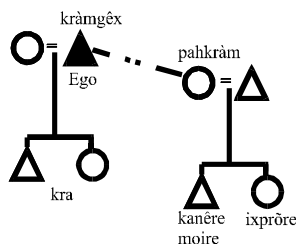


Diagrama 4 A

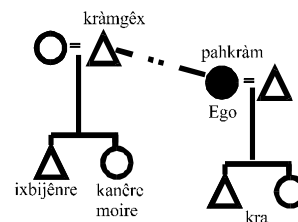


Diagrama 4 B

Os casamentos podem ser decididos por iniciativa individual com os parceiros livremente escolhendo seus cônjuges (como indicou DaMatta [1976a:137]). Quando são arranjados, eles o são pelas ações dos arranjadores de nomes (masculino ou feminino). Neste caso, a principal base do cálculo para os arranjos é a relação de amizade formal.

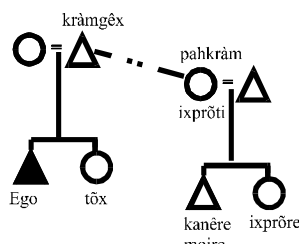


Diagrama 4 C

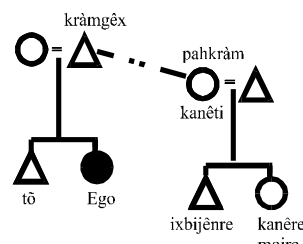


Diagrama 4 D

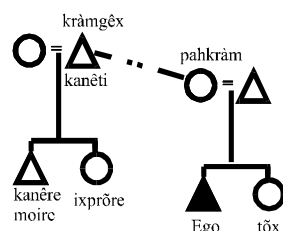


Diagrama 4 E

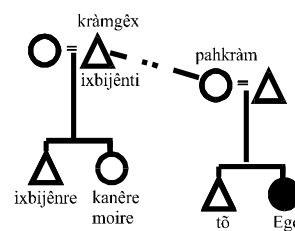
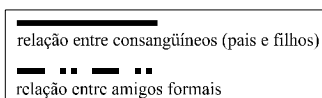


Diagrama 4 F



Glosa dos termos
krànggêx = amigo formal (recíproco =pahkràm)
ixprò = minha [ix]esposa [prò]
(ti = aumentativo; re = diminutivo)
ixbjén = meu [ix] esposo [bjén]
(ti = aumentativo; re = diminutivo)
kanè = termo usado como sinônimo de sogro e cunhado [também usado para referir-se ao que é oposto, como os remédios = kanè]
moire = sinônimo para cunhado (moi = coisa)
tõ = irmão
tõx = irmã
kra = filho(a)

Veja-se, através dos Diagrama 4 (A-F), apresentados ao lado, que

em alguns casos os termos de afinidade tornam-se mais compreensíveis quando relacionados à terminologia adotada para a relação de amizade formal. A partir desta relação é que se torna compreensível, também, que há uma troca ideal entre as metades¹² Koti e Kore.

¹² Segundo Nimuendajú, existem, entre os Canela, duas metades, **kq'ikateyê** (leste) e **harã kateyê** (oeste) que são (ou eram) exogâmicas. Estas metades, segundo ele, não estão associadas a Sol e Lua, não tendo,

Pelos diagramas 4 A e 4 C, pode-se perceber que um homem refere-se aos filhos consangüíneos de seu amigo formal (**kràngêx** ou **pahkràm**) por termos que são usados também por seu filho consangüíneo. O mesmo ocorre com a mulher (conforme diagramas 4 B e 4 F), que se refere aos filhos consangüíneos de seu amigo formal (**kràngêx** ou **pahkràm**) por termos que são utilizados por sua filha consangüínea.

Esta terminologia utilizada entre **kràngêx** e os filhos consangüíneos de **pahkràm** (ou vice-versa) sofre alteração segundo o sexo. Quando forem de mesmo sexo, o **kràngêx** chamará ao filho consangüíneo de **pahkràm**, por **kanêre**¹³ ou **moire**¹⁴, conforme pode ser visto no diagrama 4 A.

O filho consangüíneo de **pahkràm**, por sua vez, chamara ao **kràngêx** de seu pai ou sua mãe, de **kanêti**, como pode ser visto no diagrama 4 E. O mesmo acontece entre duas pessoas de sexo feminino. Por serem de mesmo sexo, emprega-se sempre um termo que remete para afastamento, evitação. Mas quando há diferença de sexos, a terminologia se altera.

O **kràngêx** chamará a filha consangüínea de **pahkràm** pelo termo **ixprõre** (literalmente “esposinha”), conforme diagrama 4 A, e será chamado por ela de **ixbjênti** (literalmente “maridão”), conforme diagrama 4 F. A terminologia entre os filhos consangüíneos de **kràngêx** e filhos consangüíneos de **pahkràm** também é muito interessante. Os filhos consangüíneos de **kràngêx** e **pahkràm**, de mesmo sexo, chamam-se, reciprocamente, de **kanêre** ou **moiré**, conforme diagramas 4 C, 4 D, 4 E, 4 F. Mas

também, nenhum traço distintivo. Estas metades só têm papel exogâmico. Segundo ele, “*embora um terço dos casamentos contemporâneos estejam dentro da mesma metade*” [mas dois terços mantém a regra, o que é maioria significativa] “*e a geração mais jovem em parte mesmo recusa a realidade da regra de exogamia, os velhos depreciam tal falta de vergonha e a preponderância para a uniões exogâmicas entre eles prova que o princípio sobreviveu até não muito tempo atrás*” (Nimuendajú, 1946:79). Para Nimuendajú, a comparação com a organização de outras tribos sugere que as funções agora distribuídas para as metades de pátio e de estação da chuva, estavam inicialmente associadas com metades exogâmicas.

¹³ O termo **kanê** é utilizado para referir-se a um elemento específico que serve como contra-elemento. Para uma doença, os Apinaje aplicam como remédio um contra-elemento àquele que provoca a doença. Assim, para a doença do tatu, aplica-se o tatu-**kanê**. Trata-se de uma planta que tem semelhança com o tatu. Quando alguém provoca feitiço na aldeia, ameaçando as pessoas (os **panhi**) os encarregados de eliminá-la (matá-la), são os matadores (**panhi-kanê**). **Kanê**, então, pode ser considerado como uma manifestação de alteridade, do contrário. Nhînpô e Nhînôkàre, dois personagens Apinaje ligados à história de fissão de uma aldeia ancestral, chamavam-se mutuamente de **kanê-re**, pois suas mães eram amigas formais.

¹⁴ O termo **moire** (**moi** = coisa), é também usado como referência ao cunhado (WB ou HB).

quando ocorre a variação entre os sexos a terminologia muda. Um homem chamará a filha consangüínea do **kràngêx** ou do **pahkràm** de seu pai ou mãe, de **ixprõre**, e será chamado por ela de **ixbjênre**, conforme os diagramas 4 C, 4 E. O mesmo vale para o Ego feminino. Uma mulher chamará ao filho consangüíneo do **kràngêx** ou **pahkràm** de seu pai, ou mãe, de **ixbjênre** e será chamado por ele de **ixprõre**, conforme os diagramas 4 D, 4 F.

Resumindo: o que podemos perceber, pelos diagramas e terminologias apresentados, é que um homem e seu filho consangüíneo chamam ao filho consangüíneo de **pahkràm** do primeiro pelo mesmo termo: **kanêré**; e são chamados por ele por um mesmo termo: **kanêti** (para o **kràngêx**) e **kanêre** (para filho consangüíneo de **kràngêx**). Uma mesma terminologia é empregada por um homem e seu filho consangüíneo para se referirem à filha consangüínea de **pahkràm**. Ambos chamam a esta mulher de **ixprõre**. A recíproca também é verdadeira: ambos são chamados por ela de **ixbjên** (**ti**, para **kràngêx**; e **re**, para seu filho). Também uma mulher e sua filha consangüínea chamam à filha consangüínea do **pahkràm** (ou **kràngêx**) da primeira por **kanêre** e são chamadas de **kanêti**. Da mesma maneira, elas chamam ao filho consangüíneo de **pahkràm** ou de **kràngêx** da primeira pelo mesmo termo: **ibjênre**; e são chamadas, por ele, respectivamente, por **ixprõti** e **ixprõre**.

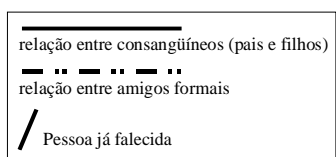
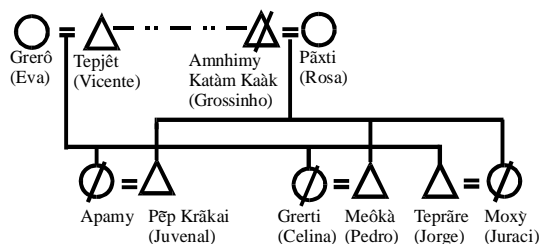
Vejamos, nos diagramas seguintes, alguns exemplos que evidenciam a relação entre amizade formal e casamento. Não se trata de uma demonstração exaustiva de todas as realizações concretas de matrimônio, mas de alguns casos que demonstram que a amizade formal é um elemento presente, influenciando nos arranjos matrimoniais.

Dos casamentos verificados entre as pessoas da família de Amnhimy – Katàm Kaàk (Grossinho) e Pãxti (Rosa)¹⁵ que habitavam a aldeia Patizal (em 1997), em 85% deles observa-se relação de amizade formal entre os pais dos cônjuges. Alguns exemplos podem ser vistos nos próximos diagramas.

¹⁵ Somente nos casos dos casamentos de Amnhimy (Grossinho) e Pãxti (Rosa), bem como no de Irepxi (Tete [filha consangüínea de Amnhimy {Grossinho} e Pãxti {Rosa}]) e Kagàpxi (Marabá) e de Gurôt (Araci [filha consangüínea de Amnhimy {Grossinho} e Pãxti {Rosa}]) e Rõrký (Roberto [filho consangüíneo de Gôtum {Camilo}]) não foi possível detectar qualquer relação de amizade formal.

Diagrama 5

Relações de amizade formal e casamentos entre filhos de Tepjê e de Amnhimiy



No **Diagrama 5** (ao lado) temos um caso de troca de irmãos, pois Moxÿ (Juraci), Meôkã (Pedro) e Pẽp krãkãĩ (Juvenal), três filhos consangüíneos de Amnhimiy (Grossinho) e Pãxti (Rosa), casaram-se, respectivamente, com Teprãre (Jorge), Grerti (Celina), e Apamy, três filhos consangüíneos de Tepjê (Vicente) e Grerô (Eva). Tepjê (Vicente) é **pahkrãm** de Amnhimiy (Grossinho). Novamente, filhos de **krãmngêx** casados com filhos de **pahkrãm**.

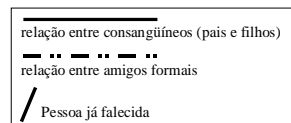
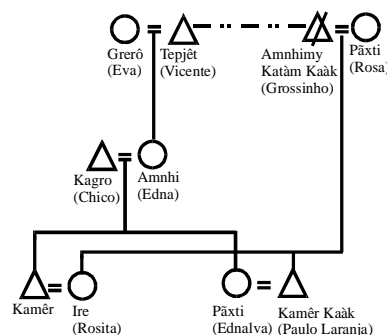
que dois filhos do casal Amnhimiy (Grossinho) e Pãxti (Rosa) também se casaram com dois netos de Tepjê (Vicente), o que demonstra que há possibilidade também de a aliança entre duas pessoas estender-se para a terceira geração. Ire (Rosita), e Kamêr Kaäk (Paulo), filhos consangüíneos de Amnhimiy (Grossinho) e Pãxti (Rosa), casaram-se com filhos de Kangro (Chico) e Amnhi (Edna), filha consangüínea de Tepjê e Grerô.

Na aldeia São José, a maior aldeia existente no território Apinaje, com uma população estimada em 700 pessoas (setembro de 1999), pesquisei cento e oito casamentos. Verifiquei que em 71 casos existe relação de amizade formal estabelecida entre um dos cônjuges e um dos sogros, ou entre os sogros deles. Isto resulta numa situação em que 68% dos casamentos estão ou já estiveram na condição ideal.

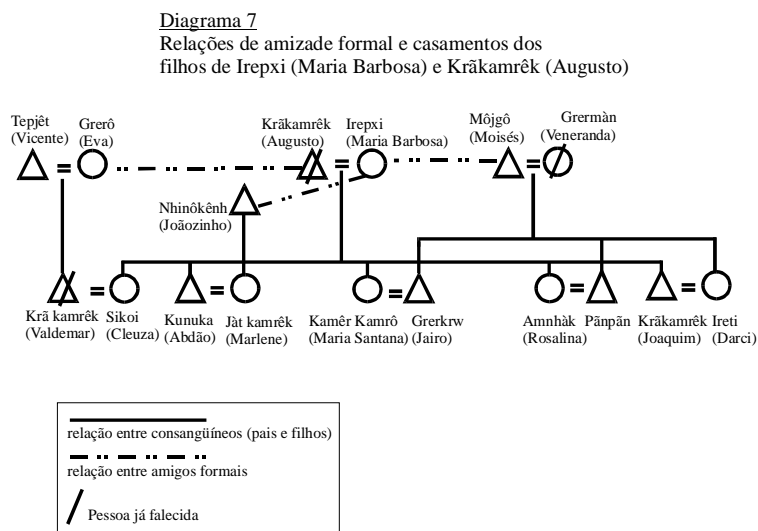
No **Diagrama 6** (ao lado) pode-se ver

Diagrama 6

Relações de amizade formal e casamentos entre netos de Tepjê e filhos de Amnhimiy



No **Diagrama 7** (abaixo), pode-se ver os casos de casamentos dos filhos de Irepxi e Krākamrêk. Este casal teve sete filhos, cinco dos quais estão representados neste diagrama .



Todos eles estão, ou já estiveram casados com parceiros com os quais sua mãe (Irepxi) ou seu pai (Krākamrêk) têm relação de amizade formal.

Observe-se, da esquerda para a direita, informações sobre estes casamentos. Sikoi foi casada com Krākamrêk (Valdemar), filho consanguíneo de Tepjê (Vicente) e Grerô (Eva). Esta era **pahkràm** de Krākamrêk (Augusto), pai de Sikoi. Filhos de amigos formais se casando. Kunuka (Abdão), filho consanguíneo de Irepxi, casou-se com Jât kamrêk (Marlene), filha consanguínea de Nhĩnôkênh (Joãozinho). Ele era **kràmngêx** de Irepxi. Filhos de amigos formais se casaram. Os casos dos casamentos entre Kamêr kamrô (Maria Santana), Amnhâk (Rosalina) e Krākamrêk (Joaquim), filhos consanguíneos de Irepxi, e Grekrw (Jairo), Pânpân e Ireti (Darci), respectivamente, todos filhos consanguíneos de Mômogô (Moisés) (**kràmngêx** de Irepxi), e Grermàn (Veneranda), é outro caso de troca de irmãos. É verdade que dos três casamentos, somente o casamento de Pânpân e Amnhâk prosperou, a ponto de terem criado um casal de filhos, antes da separação. Mas os amigos formais, Irepxi e Mômogô, tentaram casar seus filhos de forma adequada. E continuam evitando-se, pois um não vai a casa do outro, exceto em ocasiões especiais (como um funeral, por exemplo).

Conclusão

Em texto sobre o papel da afinidade nas sociedades indígenas das terras baixas sul-americanas, Viveiros de Castro argumentou que a amizade formal *Jê* cumpre o papel de “afinidade potencial”, pois seria um exemplo de uma “afinidade sem afins”. Esta, para o autor, “se reduz a uma pura relação que articula termos justamente não ligados por

casamento” (1993:179). Entre os Jê a amizade formal estaria nesta posição de uma “afinidade sem afins”, uma vez que entre os amigos formais não há ligação matrimonial.

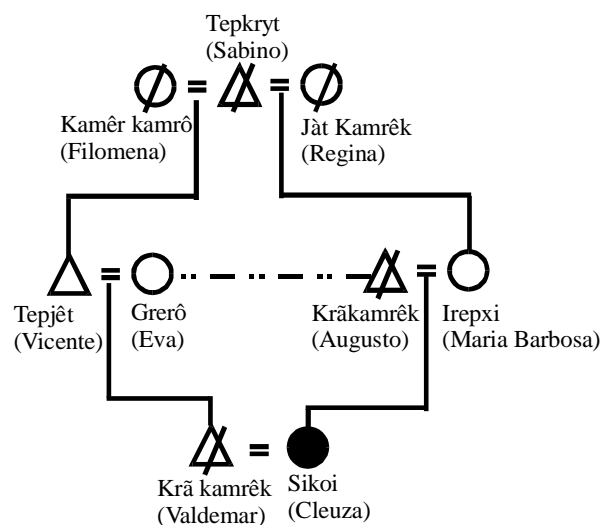
De fato, pode-se concordar com o argumento de Viveiros de Castro. Os amigos formais Apinaje constituem o “paradigma de alteridade” (Lea, 1999) pois evitam-se mutuamente, sendo os “afins potenciais”. Entretanto, eles são os “portadores de socialidade” pois geram a “afinidade efetiva”. Como argumentei neste texto, o ideal de casamento é que amigo(a) formal se case com filho(a) de amigo(a) formal ou então que filhos(as) consangüíneos de amigos(as) formais casem entre si.

Vale enfatizar mais uma vez que está “afinidade potencial” explicita-se desde a sociogênese Apinaje pois, como vimos, Mÿyti (Sol) e Mÿwrÿre (Lua) eram amigos formais. Nesta condição, eram tanto portadores de identidade quanto de alteridade. Ao “gerarem” seus filhos – respectivamente membros da metade Koti e Kore -, a condição de igualdade permite a todos os Apinaje se reconhecerem enquanto membros de uma comunidade; a condição de alteridade (como “afins potenciais”) possibilita a socialidade através da geração de pessoas na condição de “afins efetivos” (filhos de amigos formais). Caso Mÿyti e Mÿwrÿre fossem apenas iguais, seus “filhos” também estariam nesta condição, impossibilitando o estabelecimento de relações

Diagrama 8

Exemplo de criação de afinidade através de amizade formal.

Casamento de Sikoi e Krã kamrêk



— relação entre consangüíneos (pais e filhos)
 - - - - - relação entre amigos formais
 / Pessoa já falecida

matrimoniais. Desta forma, podemos dizer com Lea (1999:11) que a amizade formal tem esta característica de poder apagar vestígios de consangüinidade entre indivíduos, permitindo, então, uma afinização. Veja no exemplo do diagrama 8 (acima), como dois primos cruzados bilaterais (posições idealmente interditas dentro do sistema), puderam

casar-se tendo como argumento o fato de que entre os “sogros” WF e HM havia relação de amizade formal.

Desta forma, discordo de Viveiros de Castro, de que o sistema dualista (como o caso Apinaje) seja de “pouca ... significação matrimonial”. Da mesma forma, podemos ver que o sistema matrimonial Apinaje opera com uma ideologia de metades exogâmicas, sem, no entanto, ter como “unidades operativas” clãs ou linhagens, que seriam operativas em outras sociedades centro brasileiras, como argumentou Viveiros de Castro (1995:12).

Os Apinaje operam com uma ideologia dualista de metades exogâmicas, num sistema cognático sem a existência de clãs ou linhagens. Tal sistema é operado empiricamente pela criação simbólica destas metades através das relações de amizade formal. Desta forma, com o casamento ideal entre os filhos consangüíneos de amigos formais, está-se idealmente trocando membros entre as duas metades.

BIBLIOGRAFIA

- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (1978) - Os mortos e os outros. Uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahó. SP, Hucitec.
- DAMATTA, Roberto A. (1976) - "Uma reconsideração da morfologia social Apinayé". In Schaden, Egon (org.) Leituras de Etnologia Brasileira. SP Companhia Editora Nacional.
- _____ (1976a) - Um Mundo Dividido. A Estrutura Social dos Índios Apinayé. Petrópolis, Vozes.
- _____ (1979) - "The Apinayé Relationship System: Terminology and Ideology". In Maybury Lewis, D., (ed.) Dialectical Societies. The Gê and Bororo of Central Brazil. Harvard University Press.
- GIRALDIN, Odair (2000) – Axpên Pyråk. História, Cosmologia, Onomástica e Amizade Formal Apinaje. Campinas, IFCH/Unicamp, tese de doutorado.
- HÉRITIER, Françoise (1989) – “Parentesco” In. Enciclopédia Einaudi. Vol. 20 “Parentesco”. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- LEA, Vanessa (1995) - "Casa-se do outro lado: um modelo simulado da aliança Mẽ bengokre (Jê)". In Viveiros de Castro, Eduardo (org.) (1995) - Antropologia do

- Parentesco. Estudos Ameríndios. RJ, Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 321-359.
- LEA, Vanessa (1999) – “Os Amigos Formais Mẽbengokre: Paradigma de Alteridade e Portadores de Socialidade”. Paper destinado ao XXIII Encontro Anual da **ANPOCS**.
- LÉVI-STRAUSS, C., ([1949] 1982) – As Estruturas Elementares do Parentesco. 2ª ed., Petrópolis, Vozes.
- _____ ([1984] 1991) – Minhas Palavras. 2ª ed. SP. Brasiliense.
- LOPES DA SILVA, Aracy (1986) - Nomes e Amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê. São Paulo FFLCH/USP.
- MAYBURY-LEWIS, D. (1960) – “Parallel Descent and the Apinayé Anomaly”. Southwestern Journal of Anthropology, vol. 6 n.2, Novo México.
- NIMUENDAJÚ, Curt (1939) - The Apinayé. Washington, The Catholic University of America Press.
- _____ (1946) - The Eastern Timbira. University of California Press.
- _____ ([1939] 1983) - Os Apinayé. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- SAHLINS, Marshall ([1985] 1990) - Ilhas de História, RJ, Jorge Zahar Editor.
- SEEGER, Anthony (1981) - Nature and Society in Central Brazil. The Suyá Indians of Mato Grosso. Cambridge, Massachusetts. Harvard University Press.
- TRINDADE-SERRA, Ordep José (1978) - "Dualismo e harmonia: a propósito do caso Apinayé". Anuário Antropológico 77:225-243.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (1993) –“Alguns Aspectos do Dravidianato Amazônico”. In VIVEIROS DE CASTRO, E, & CARNEIRO DA CUNHA, M., (orgs.) Amazônia: Etnologia e História Indígena. SP, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP / FAPESP.
- _____ (1995) – “Pensando o parentesco ameríndio”. In Viveiros de Castro, Eduardo (1995) (org) - Antropologia do Parentesco. Estudos Ameríndios. RJ, Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 7-24.